Sociedade civil e educação na América Latina

ANDREA
BERGAMASCHI

Uma revolução das boas está ocorrendo no mundo. Quem acompanha as notícias pela imprensa vai concordar que ultimamente não há um só dia em que não leiamos ou ouçamos algum novo dado ou opinião sobre educação. A sociedade espera mais da educação hoje, e isso é uma excelente notícia.

Recente pesquisa da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) mostrou o otimismo dos brasileiros com relação à educação no País para os próximos anos e deixou claro para os governos da América Latina aquilo que vimos considerando importante e prioritário: a questão educacional para o futuro da região. Já sabemos, por exemplo, que não conseguiremos potencializar o crescimento brasileiro e proporcionar melhores condições de vida para todos enquanto tivermos problemas de qualidade na educação pública nacional. A educação deve ser um tema prioritário no Brasil e nos demais países da América Latina que ainda figuram entre os mais desiguais do mundo.

A nova campanha mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), anunciada no fim de setembro em Nova York, reforça essa ideia. A Education First, uma iniciativa do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, coloca a educação no centro de todas as demais metas de desenvolvimento e chama a atenção para o fato de que sem que todas as crianças e todos os jovens estejam na escola, aprendendo e consolidando valores para a cidadania, as Metas de Desenvolvimento do Milênio, também lançadas pela ONU, no ano 2000, estarão comprometidas.

De fato, a própria meta que trata da universalização da educação básica até 2015 está em risco. Em 2010 – ou seja, a apenas cinco anos desse prazo –, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) apontou que 61 milhões de crianças em idade de ingresso no ensino fundamental estavam fora da escola no mundo.

Até pouco tempo atrás, os modelos de desenvolvimento socioeconômico atribuíam aos governos toda a responsabilidade de buscar soluções para a educação. Hoje, impulsionada pelos ideais do desenvolvimento sustentável, a sociedade civil se entende como parte de um processo que envolve vários atores. Há um sentimento de corresponsabilidade. Atualmente sabemos que o tal "efeito cascata" sugerido nos anos 1980 e 1990 nem sempre se verifica, pois o desenvolvimento social não vem instantaneamente como consequência do econômico. É preciso agir intencionalmente e investir em áreas que garantam essa combinação, e a educação é uma delas.

Na América Latina, com o fortalecimento da democracia, surgiram organizações da sociedade civil para trabalhar com seus governos a fim de garantir uma educação de qualidade para todos e, mais recentemente, de monitorar os avanços e desafios educacionais em seus países. Além do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e México são exemplos dessa tendência.

Países se unem para dar prioridade ao tema e mobilizar mais atores na agenda educativa

O Educar 2050 realizou neste ano seu 4.º Fórum de Qualidade Educativa, promovendo importantes reflexões sobre a situação da educação na Argentina. O Educación 2020, nascido do movimento estudantil de 2008 que iniciou os debates sobre a desigualdade educacional do sistema chileno, é hoje umas das vozes mais fortes na busca pela qualidade com equidade na educação do país. O Mexicanos Primero, que trabalha com campanhas e mobilização desde 2005, acaba de lançar o relatório *Ahora es Cuando*, que propõe metas e estratégias para o enfrentamento dos desafios no México. No ano passado, a Colômbia reuniu líderes do setor privado, gestores públicos e imprensa para lançar a campanha Colombia, un País Unido por la Educación! para mobilizar a população em torno dos indicadores educacionais, inspirada no modelo brasileiro do Todos Pela Educação.

Em 2010, essas organizações se uniram a outras da região e formaram a Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação (Reduca), uma iniciativa apoiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para somar esforços e lançar uma voz regional para aumentar a participação da sociedade civil no acompanhamento dos indicadores educacionais e na busca de soluções para a educação em conjunto com seus governos. El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana são os outros países da rede. E Nicarágua, Uruguai e Venezuela já demonstraram interesse em participar.

Segundo a Unesco, em 2009 a região deixava 23 milhões de crianças e jovens entre 4 e 17 anos fora da escola ou em risco de abandoná-la. No Brasil, são 3,7 milhões de crianças e jovens nessa situação. Por enfrentarem desafios parecidos os países latino-americanos têm a possibilidade de aprender uns com os outros e de promover uma consciência regional que coloque a educação em primeiro lugar.

No último encontro anual da Reduca, em agosto, foi aprovado o lançamento de uma campanha regional em 2013 para aumentar o interesse da sociedade civil pela qualidade da educação e mobilizar mais atores na agenda educativa, para que possamos dar o salto de que a América Latina precisa.

Os países que estão no topo das avaliações internacionais demonstram que é preciso transformar a educação num tema urgente. Em algum momento da História essas nações a colocaram em primeiro lugar, e em cada um delas a sociedade passou a acompanhar a sua evolução. Tratou-se de uma estratégia de longo prazo, contínua e consistente, que hoje reflete uma sociedade mais justa, com bons índices de saúde, renda e participação social.

As organizações da Reduca entendem essa urgência e estão comprometidas em garantir que em seus países a sociedade coloque a educação em primeiro lugar, para que a América Latina cresça de forma sustentável e com justiça social para todos.

GERENTE DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Fonte: O Estado de S. Paulo, São Paulo, 4 dez. 2012, Primeiro Caderno, p. A2.